

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

DA: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Fone/Fax: (41) 3699-4237
A: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Comissão Permanente de Licitação
REF: Pregão Eletrônico nº 043/2023
Processo Administrativo nº 11.502/2020

Pinhais, 20 de junho de 2023.

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, como licitante do Pregão Eletrônico supracitado, e tendo tomado conhecimento da ata de Realização, vem por intermédio de sua sócia a Sra. Patrícia Bach, portadora do RG 7.749.742-0/SESP-PR e CPF nº 031.309.619-84, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e na honestidade, nos fatos e na justiça, assim como na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar junto ao Presidente da Comissão de Licitação e ao respectivo Departamento Jurídico o seguinte:

RECURSO

Prezados Senhores,

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, vem respeitosamente perante a Comissão Permanente de Licitação do Município de Nova Friburgo, opor-se à Decisão do senhor Pregoeiro, face à classificação como vencedora a empresa Royal Atacadista E Comercio Ltda, para o item 07; do certame supracitado, requerendo, outrossim, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Nos termos e com base nas razões a seguir apresentadas constará que a classificação é injusta, visto que a arrematante ofertou equipamento em desacordo com a solicitação contida em edital.

DOS FATOS

Do objeto da licitação:

"2. OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é Aquisição sob demanda, de EQUIPAMENTO MÉDICOS PARA POLICLÍNICA SILVIO HENRIQUE BRAUNE, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital."

Para o item 07 o edital solicita:

"OTOSCÓPIO- com transmissão de luz por fibra óptica, iluminação através de lâmpada de LED. Lente giratória com aumento de 03 vezes. Cabeça em ABS e aço inox resistente a impactos. Conexão para pera de insuflação. Acionamento através de botão liga/desliga, possui clipe de bolsa. Cabo em metal com revestimento. Alimentação através de 02 pilhas. Deverá acompanhar 05 (cinco) espéculos reutilizáveis de diferentes tamanhos e estojo para acondicionamento. Apresentar registro na ANVISA e Certificado no INMETRO." Grifo acrescentado.

O arrematante ofertou marca Mikatos, modelo TK 007/LED, que conforme consta no site do fabricante, este equipamento não possui iluminação por fibra ótica conforme solicitado, sendo que estas informações poderão ser verificadas através do link abaixo:

<http://www.mikatos.com.br/otoscopio-tk/>

O edital solicita otoscópio, com transmissão da luz por fibra óptica, sem obstruções, sem reflexos e sem aquecimento, e o equipamento ofertado possui iluminação por lâmpada, descrição esta do fabricante do equipamento, sendo que este ainda possui a lâmpada dentro da cabeça do otoscópio o que trará obstrução do campo de visão do profissional, pela lâmpada, ao realizar o exame no paciente, conforme abaixo.

<https://www.ortoponto.com.br/produto/mini-otoscopio-portatil-com-lampada-led-mikatos-1519>

E ainda, em consulta ao site do INMETRO, através do link:
<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/empresas/lista.asp>

Não localizamos nenhum registro para a empresa detentora do registro junto a ANVISA (Mikatos Industria,

Comercio, Serviços e Importação - Ltda – EPP), junto ao INMETRO, sendo que o certificado INMETRO para o equipamento em questão foi solicitado em edital.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da empresa Royal Atacadista E Comercio Ltda, do presente certame, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Portanto, o equipamento ofertado pela licitante citada, não atende as exigências mínimas do edital, pelos fatos e fundamentos supramencionados.

Vê-se, portanto, que a proposta comercial da empresa arrematante foi apresentada em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que a proposta da empresa contestada merece sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, in verbis:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ...”

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

“O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

“Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles.”

Como visto, o julgamento da proposta não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

Logo, não se pode aceitar um produto que não atende o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atende ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de equipamentos com características inferiores ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes, levando vantagem no valor aqueles que ofertam em desacordo sobre os demais participantes.

A soberania do Edital é prevista em lei, nos termos do Art.41 da Lei 8.666/93:

Art.41 “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

DO PEDIDO

Fato exposto, a ora recorrente requer a revisão do ato de classificação que consagrou como vencedora a licitante Royal Atacadista E Comercio Ltda, vez que não foram observadas na íntegra as especificações constantes do edital, conforme supra exposto.

Patrícia Bach
Sócia-Gerente
CPF 031.309.619-84

Fechar